

VIVENCIANDO A CULTURA DE PAZ NO AMBIENTE ESCOLAR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO JOSÉ VILELA

Maria Luciene Andrade Silva¹ Dairla Luzianne Cândido de Araújo² Rosélia Pereira Dinoah de Aguiar³

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência vivenciada na Escola de Referência em Ensino Médio José Vilela, localizada no bairro de Parnamirim, Recife-PE, com a implementação do projeto Vivenciando a Cultura de Paz no Ambiente Escolar. A iniciativa surgiu como resposta à necessidade de enfrentamento ao bullying e ao cyberbullying, em consonância com a Lei nº 13.185/2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática. Segundo Fante (2025), o bullying é uma forma de violência sistemática que interfere negativamente no desenvolvimento emocional e social dos estudantes, e nas contribuições de Bozza e Vinha (2023), que abordam a complexidade do cyberbullying no contexto escolar e digital. A metodologia é de natureza qualitativa, fundamentada na pesquisa-ação (Thiollent, 2011), envolvendo oficinas temáticas, rodas de conversa, estudos de caso, palestras protagonizadas por estudantes e atividades culturais de culminância. Os resultados parciais indicam a redução de registros de violência verbal e física, maior adesão estudantil às campanhas de prevenção e um engajamento significativo nas propostas de reflexão e resolução de conflitos, demonstrando que iniciativas como estas tendem a fortalecer o protagonismo estudantil e contribuem para o cultivo de ambientes escolares mais inclusivos, seguros e empáticos.

Palavras-chave: cultura de paz; bullying; cyberbullying; educação; protagonismo estudantil.

1. INTRODUÇÃO

Bullying é um comportamento agressivo e intencional que ocorre repetidamente ao longo do tempo, envolvendo um desequilíbrio de poder entre o agressor e a vítima (Olweus, 1993). Pode se manifestar de forma física, verbal ou relacional/psicológica, e inclui ações como ameaças, intimidação, exclusão social e disseminação de rumores. O psicólogo norueguês Dan Olweus foi pioneiro nos estudos do fenômeno, definindo esses três critérios cruciais: intencionalidade, repetição e desequilíbrio de poder.

Cyberbullying é uma forma de bullying que ocorre através de meios digitais, como redes sociais, mensagens de texto, e-mails e outras plataformas online. De forma similar,





























¹ Mestre em Educação, especialista em Ensino e História e professora da Rede Estadual de Pernambuco maluandrade3@hotmail.com

² Especialista em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Fundação Universitáriade Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão-FURNEe Centro Universitário de João Pessoa -UNJPE

³ Mestranda do Curso de Ciências Ambientais da Universidade Federal de Pernambuco- UFPE,



o bullying tradicional, envolve um ato agressivo e intencional realizado por um indivíduo ou grupo, usando dispositivos eletrônicos, repetidamente e ao longo do tempo, contra uma vítima que não consegue se defender facilmente (Smith et al., 2008). Exemplos incluem o envio de mensagens ofensivas, a criação de perfis falsos para humilhar alguém e a divulgação de informações pessoais sem consentimento. Embora compartilhe a intencionalidade e, em muitos casos, a repetição, o Cyberbullying apresenta características próprias, como o anonimato e a possibilidade de atingir a vítima a qualquer hora e em qualquer lugar, amplificando o público e o potencial de dano (Slonje & Smith, 2008).

No contexto escolar, essa forma de violência, constitui uma ameaça frequente à saúde física e mental dos estudantes, pois prejudica o desenvolvimento escolar, social e psicológico. A vitimização por bullying e cyberbullying está consistentemente associada a problemas de saúde mental, como depressão, ansiedade e baixa autoestima (Hemphill et al., 2015; Kim et al., 2017). Isso se torna, também, um desafio imenso para educadores, que devem atuar na prevenção e intervenção, demandando um olhar acolhedor e maior cuidado no acompanhamento dos envolvidos.

É crucial diferenciar o bullying de outros tipos de conflitos ou violência interpessoal (Olweus, 1993). Ele se caracteriza pela continuidade e pelo desequilíbrio de poder, distinguindo-se de conflitos pontuais entre pares de força equivalente.

Dessa forma, as aulas de Educação Socioemocional destacaram-se como o eixo central na prevenção e intervenção de violências como o Bullying e o Cyberbullying. O foco recaiu no desenvolvimento de habilidades fundamentais que promovem a convivência ética e a segurança psicológica.

Central para essa abordagem é a capacidade de demonstrar empatia pelos outros e respeito por indivíduos de diferentes grupos sociais e culturais, minimizando preconceitos e a intolerância que alimentam as agressões. Igualmente crucial é o ensino de como avaliar os efeitos de ajudar e pedir ajuda, cultivando a resiliência e a autoconfiança necessárias para que tanto vítimas quanto testemunhas possam buscar suporte e intervir de maneira construtiva (CASEL, 2022).

Ao fortalecer esses pilares emocionais e relacionais, a escola consegue criar uma cultura de pertencimento onde o estudante se sente seguro para denunciar e enfrentar a agressão, transformando-se de testemunha passiva em agente ativo de mudança. O desenvolvimento dessas competências, portanto, não apenas mitiga o risco de



























vitimização, mas também equipa os jovens com ferramentas essenciais para a tomada de decisões responsáveis e a construção de relações interpessoais saudáveis para toda a vida.

1.1. JUSTIFICATIVA

O ambiente escolar, como espaço de desenvolvimento integral, precisa intervir prevenindo comportamentos agressivos e desrespeitosos. É fundamental ensinar habilidades sociais e emocionais importantes para uma convivência que incentive o respeito às diferenças, promovendo a empatia e a inclusão entre os pares.

Ao abordar e combater o Bullying e o Cyberbullying no ambiente escolar, a instituição investe no desenvolvimento integral dos jovens e na construção de uma cultura escolar mais segura, justa e igualitária.

A incorporação de projetos, como o "Vamos falar de Bullying e Cyberbullying: compartilhe sua voz", na prática cotidiana visa explicitamente desenvolver habilidades sociais e melhorar a convivência na escola, tornando-a um local mais respeitoso e inclusivo.

1.2.OBJETIVO GERAL

Promover o desenvolvimento de habilidades socioemocionais nos estudantes, capacitando-os para identificar, prevenir e intervir de forma eficaz em situações de bullying e cyberbullying no ambiente escolar, por meio da implementação de um canal de comunicação seguro e acessível, como uma caixa de relatos, destinado ao recebimento e encaminhamento de denúncias e manifestações.

1.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Conceituar e diferenciar o Bullying e o Cyberbullying, analisando suas formas de manifestação e as implicações psicossociais para os indivíduos e para o clima escolar.
- Fomentar a construção coletiva de uma cultura de paz, respeito e não violência nas relações interpessoais dentro do ambiente escolar.
- Criar um canal seguro de comunicação e escuta (como um "espaço de expressão e compartilhamento de voz"), garantindo o anonimato e o sigilo para que os



























estudantes possam relatar e buscar ajuda sobre as situações vivenciadas ou testemunhadas.

2. METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza como qualitativa, de natureza interventiva e participativa, orientada pelos pressupostos da pesquisa-ação, conforme delineado por Thiollent (2011). Tal abordagem metodológica busca integrar o processo investigativo à prática educativa, promovendo a reflexão coletiva e a transformação do contexto escolar a partir da participação ativa dos sujeitos envolvidos.

As ações foram desenvolvidas em uma Escola de Referência em Ensino Médio, envolvendo estudantes do 2º ano, professores e a equipe gestora. A estrutura metodológica contemplou quatro momentos principais, articulando oficinas temáticas, rodas de conversa, atividades de sensibilização e implementação de um canal seguro de escuta.

- 1. Encontro 1: Apresentação e Engajamento
- Apresentação do projeto aos estudantes, delineando seus objetivos e a importância da participação ativa.
- Realização de uma oficina ou atividade introdutória para despertar o interesse e estabelecer o tema.
- 2. Encontro 2: Conceitualização e Debate Teórico
- Leitura e análise de textos informativos sobre o tema.
- Condução de uma roda de conversa/debate para problematizar e discutir:
 - O conceito e a diferenciação entre Bullying e Cyberbullying.
 - Os diferentes tipos de agressão (física, verbal, relacional, etc.).
 - Aspectos legais e a legislação vigente sobre a temática.
- 3. Encontro 3: Sensibilização e Empatia (Dinâmica)
- Realização de atividades de sensibilização (dinâmicas, vídeos, estudos de caso) focadas no desenvolvimento da empatia e na compreensão do impacto emocional das vítimas e agressores.
- Foco na importância do papel da testemunha ativa (bystander) na prevenção.
- 4. Encontro 4: Implementação do Canal de Denúncia Segura



- Instalação da urna/caixa de coleta intitulada "Compartilhe sua voz. Vamos falar de Bullying e Cyberbullying".
- Explicação do funcionamento do instrumento, reforçando o caráter de anonimato e sigilo, como um mecanismo de coleta de relatos e de busca por apoio.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O ambiente escolar constitui-se como um espaço privilegiado de formação integral, no qual se articulam os processos cognitivos, afetivos e sociais necessários à construção da cidadania e à convivência democrática. Nesse contexto, a cultura de paz desponta como um princípio educativo essencial, voltado à promoção de relações baseadas no respeito, na empatia e na solidariedade. De acordo com Fante (2025), o bullying representa uma forma de violência sistemática que compromete o desenvolvimento emocional e social dos estudantes, demandando ações preventivas e pedagógicas que superem o paradigma punitivo.

O bullying, conforme conceituação pioneira de Olweus (1993), é um comportamento agressivo e intencional, repetido ao longo do tempo, que envolve um desequilíbrio de poder entre o agressor e a vítima. Já o cyberbullying, definido por Smith et al. (2008), configura-se como uma extensão digital dessa violência, mediada por tecnologias de comunicação, marcada pelo anonimato e pelo potencial de atingir a vítima de forma ilimitada e contínua (Slonje & Smith, 2008). Ambas as formas de violência repercutem negativamente no bem-estar físico e psicológico dos estudantes, podendo gerar consequências como depressão, ansiedade e retraimento social (Hemphill et al., 2015; Kim et al., 2017).

A escola, como espaço de socialização, tem papel fundamental na prevenção e mediação desses conflitos. A Lei nº 13.185/2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática, estabelece diretrizes para o enfrentamento dessas práticas, reforçando a responsabilidade das instituições educacionais na promoção de um ambiente seguro e acolhedor. Nessa perspectiva, Bozza e Vinha (2023) destacam a importância de se abordar o cyberbullying como uma problemática complexa, que exige estratégias de intervenção interdisciplinares e ações de escuta ativa e diálogo.

Além disso, a educação socioemocional surge como eixo estruturante para a construção da cultura de paz e prevenção da violência escolar. De acordo com a Collaborative for Academic, Social, and Emotional Learning – CASEL (2022), o















desenvolvimento das competências socioemocionais — como empatia, autorregulação, resolução de conflitos e comunicação assertiva — é essencial para fortalecer o pertencimento e o protagonismo juvenil, transformando o estudante em agente ativo de convivência ética e solidária.

A literatura contemporânea aponta que a superação das práticas de violência requer o envolvimento coletivo da comunidade escolar. Nesse sentido, o protagonismo estudantil e a escuta qualificada devem ser estimulados por meio de metodologias participativas, tais como rodas de conversa, oficinas temáticas e campanhas educativas. Tais estratégias favorecem a internalização de valores de respeito e cooperação, promovendo o empoderamento dos sujeitos e a transformação positiva do clima escolar (Thiollent, 2011; Fante, 2025).

Assim, a cultura de paz, compreendida como prática pedagógica e princípio ético, não se limita à ausência de conflito, mas implica a promoção ativa de comportamentos solidários, a mediação dialógica das diferenças e a formação de sujeitos comprometidos com o bem

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta os resultados obtidos durante as etapas de intervenção da metodologia, focando na análise da percepção dos estudantes sobre a temática e nos produtos gerados durante as atividades.

5.1. Resultados da Oficina: Percepção e Conceitualização dos Estudantes

A oficina introdutória, realizada com a turma do 2º ano, teve como objetivo primordial diagnosticar e aprimorar a percepção dos estudantes sobre os conceitos, manifestações e formas de combate ao Bullying e Cyberbullying. Os achados foram sistematizados a partir dos produtos de cada grupo de trabalho:

Grupo 1: Conceitualização do Fenômeno (Mapa Mental)

A análise do mapa mental demonstrou que os estudantes do 2º ano possuem uma compreensão bem desenvolvida dos critérios centrais que definem o Bullying (Olweus, 1993) e o Cyberbullying (Smith et al., 2008), destacando os seguintes pontos em suas produções:

























- Intencionalidade e Repetição: Os conceitos foram corretamente associados a um "ato agressivo e intencional, muitas vezes repetitivo" e a uma ação que "menospreza o indivíduo de forma intencional".
- Desequilíbrio de Poder/Violência Relacional: Embora um ponto de preocupação inicial tenha sido a possível trivialização do tema ("Pode muitas vezes ser tratado como brincadeira"), a compreensão final do grupo alinhou-se à literatura, reconhecendo que se trata de formas de violência que ocorrem repetidamente.
- Diferenciação do Cyberbullying: O grupo diferenciou claramente o Bullying (ocorrido em locais de trabalho ou grupos sociais) do Cyberbullying, que "ocorre em ambiente virtual, onde as humilhações, ameaças e constrangimentos são realizados por meio de redes sociais, aplicativos de mensagens, e-mail e outras plataformas online."

Grupo 2: Tipologia e Exemplificação

Este grupo demonstrou um conhecimento satisfatório das diversas tipologias de agressão, indicando familiaridade com as manifestações mais comuns no ambiente escolar:

- Físico: Ações como empurrar ou bater, destacando a natureza intencional e repetida.
- Verbal: Citou injúrias e humilhações diretas ("Xingamentos, Ofensas, Provocações"), incluindo menções a discursos de ódio ("comentários homofóbicos ou racistas").
- Psicológico/Relacional: Identificou corretamente as formas indiretas de exclusão ("isolar alguém de um grupo de amigos, ignorando e manipulando").
- Cyberbullying: Focou na natureza pública da humilhação virtual ("Divulgar nas redes sociais informações falsas e constrangedoras sobre alguém, para humilhar publicamente").
- Material: Incluiu a dimensão do dano a pertences ("dano, destruição ou furto de pertences").

Grupo 3: Legislação e Normas

O grupo realizou uma pesquisa que resultou na identificação de três leis brasileiras relevantes para a proteção de vítimas e punição de agressores, demonstrando a























importância do aspecto legal e da responsabilidade em relação ao tema. As leis encontradas e citadas pelos estudantes foram:

- Lei de nº 13.185/2015 que estabeleceu o programa de combate à intimidação sistemática, com foco em prevenção e conscientização.
- Lei nº 12.965/2014, conhecida como o Marco Civil da Internet, é a legislação brasileira que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no país. Ela foi criada para regulamentar o ambiente virtual, garantindo a proteção da privacidade, a liberdade de expressão e a neutralidade da rede.
- Lei nº 14.811/2024 que tipificou o bullying e o cyberbullying como crimes no Código Penal Brasileiro.

Grupo 4: Estratégias de Combate e Prevenção

O grupo produziu material com foco na ação e prevenção, sugerindo estratégias tanto coletivas (cultura escolar) quanto individuais (autodefesa emocional e denúncia), reforçando o objetivo do projeto de incentivar um ambiente "seguro e acolhedor". Foram sugeridas atividades como: Palestras de sensibilização; Projetos interdisciplinares; Ambiente escolar Positivo; Promoção da equidade; Oficinas que abordem o respeito à diversidade; Escuta qualificada; Comunicação não violenta; Promoção da Cultura de paz.

4.2. Consolidação e Impacto da Intervenção

O ciclo metodológico, composto pela oficina inicial, a roda de conversa para consolidação conceitual e a dinâmica de sensibilização ("sentindo na pele"), resultou na integração do conhecimento e na mudança de atitude esperada:

- Aprofundamento da Aprendizagem: A roda de conversa e a leitura de textos foram eficazes para consolidar o conhecimento levantado na oficina, alinhando as percepções iniciais dos estudantes com os conceitos acadêmicos e legais do tema.
- Efeito da Sensibilização: A dinâmica "sentindo na pele", seguida de um momento de reflexão, demonstrou ser um recurso potente para o desenvolvimento da empatia, promovendo a compreensão do impacto emocional da vitimização.
- Engajamento e Denúncia Segura: A implementação da urna "Compartilhe sua voz" em todas as turmas, apresentada pelos próprios estudantes do 2º ano, foi crucial para:























- 1. Aumentar o conhecimento sobre a importância da denúncia.
- 2. Validar o instrumento como um canal seguro e anônimo.
- 3. Gerar ação imediata, conforme evidenciado pelo aumento de relatos e a denúncia de situações vivenciadas.

Caso de Sucesso:

O registro de um relato de superação de um estudante que enfrentava violência e conseguiu apoio por meio do projeto, dos colegas, professores e da gestão escolar, constitui um resultado qualitativo significativo. Este caso valida a eficácia da intervenção e a importância da rede de apoio ativada pelo projeto para a saúde mental e a superação da vitimização.

Os resultados revelam uma transformação significativa na percepção e nas atitudes dos estudantes em relação à convivência escolar. Durante as oficinas iniciais, observou-se avanço conceitual na compreensão das diversas manifestações do bullying e do cyberbullying, bem como maior reconhecimento da importância da empatia e do respeito mútuo.

A atividade de sensibilização intitulada "Sentindo na pele" despertou forte engajamento emocional, levando os participantes a refletirem sobre o sofrimento das vítimas e sobre o papel das testemunhas (bystanders) como agentes de mudança.

A implantação da urna "Compartilhe sua Voz" destacou-se como uma ação transformadora. O número de relatos espontâneos aumentou de forma expressiva, evidenciando o fortalecimento da confiança no canal de escuta e a ampliação da cultura de denúncia responsável.

As culminâncias culturais e as apresentações artísticas, produzidas pelos próprios estudantes, reforçaram a internalização dos valores da cultura de paz, promovendo o diálogo e a solidariedade como fundamentos das relações interpessoais.

Esses resultados corroboram a eficácia das metodologias participativas e do protagonismo juvenil como caminhos para a prevenção de violências e a consolidação de uma convivência escolar saudável.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intervenção realizada, focada no desenvolvimento de habilidades socioemocionais e na promoção de um ambiente seguro, permitiu uma análise diagnóstica e interventiva robusta sobre o fenômeno do Bullying e Cyberbullying no contexto escolar.



























Os resultados confirmam a relevância de abordagens que transcendem a mera punição e se concentram na educação para o respeito e a empatia.

Síntese dos Principais Achados:

- 1. Consciência Conceitual e Tipológica: A etapa inicial de oficinas demonstrou que, embora os estudantes tenham uma base sólida na compreensão da intencionalidade, repetição e desequilíbrio de poder - critérios essenciais do Bullying (Olweus, 1993) e Cyberbullying (Smith et al., 2008) – o debate e a roda de conversa foram cruciais para consolidar o conhecimento sobre as diversas tipologias (verbal, relacional, virtual) e o arcabouço legal associado.
- 2. Eficácia da Sensibilização: A dinâmica de sensibilização ("sentindo na pele") provou ser um recurso metodológico de alto impacto no desenvolvimento da empatia. Ao propiciar a reflexão sobre as consequências emocionais da vitimização, a intervenção atua diretamente na modificação das atitudes das testemunhas (ou bystanders), incentivando-as a se tornarem agentes ativos de intervenção.
- 3. Sucesso do Canal de Denúncia Segura: A implementação da urna "Compartilhe sua voz" não apenas criou um canal seguro e anônimo para o relato, mas também gerou um engajamento imediato por parte da comunidade escolar, culminando em relatos concretos e no registro de um caso de superação. Este resultado qualitativo valida a necessidade de estabelecer mecanismos de escuta que priorizem o sigilo e a confiança para que a denúncia se efetive.

Implicações e Próximos Passos:

Os resultados sugerem que a abordagem estruturada, utilizando a Educação Socioemocional como eixo central, é uma ferramenta eficaz para a prevenção primária e secundária da violência escolar.

- 1. Sustentabilidade do Programa: Recomenda-se a continuidade e expansão do projeto para outras séries, garantindo a sustentabilidade da cultura de paz e respeito.
- 2. Monitoramento Contínuo: O canal de denúncia deve ser monitorado e analisado sistematicamente pela gestão e equipe multidisciplinar, servindo como um termômetro da saúde relacional da escola.



























3. Formação Docente: É imperativo que os resultados desta intervenção informem a formação continuada de educadores, capacitando-os a mediar conflitos e a utilizar as habilidades socioemocionais em seu cotidiano pedagógico.

Em suma, a iniciativa "Vamos falar de Bullying e Cyberbullying" reforça que a solução para a violência escolar reside na educação para a convivência e na criação de um ambiente onde a voz da vítima seja ouvida, respeitada e amparada, transformando o desafio em oportunidade de crescimento coletivo.

6. REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2011.

BOZZA, V.; VINHA, T. *Cyberbullying e convivência escolar: desafios contemporâneos.* Campinas: Papirus, 2023.

BRASIL. Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (bullying). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 nov. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm. Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil (Marco Civil da Internet). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 abr. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024. Dispõe sobre medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 jan. 2024. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/2233571096/lei-14811-24. Acesso em: 30 out. 2025.

CASEL. Framework for Systemic Social and Emotional Learning. Chicago: Collaborative for Academic, Social, and Emotional Learning, 2022.

FANTE, C. Bullying e a cultura da paz na escola. São Paulo: Cortez, 2025.

HEMPHILL, S. A. et al. Longitudinal associations between cyber-bullying and mental health problems in young Australians. *International Journal of Public Health*, v. 60, n.















2, p. 227–237, 2015.

KIM, S.; BOYLE, M. H.; GEORGIADES, K. Cyberbullying victimization and health.

Canadian Journal of Public Health, v. 108, n. 5-6, p. 468-474, 2017.

OLWEUS, D. *Bullying at School: What We Know and What We Can Do.* Oxford: Blackwell, 1993.

SLONJE, R.; SMITH, P. K. Cyberbullying: Another main type of bullying?

Scandinavian Journal of Psychology, v. 49, p. 147–154, 2008.

SMITH, P. K. et al. Cyberbullying: Its nature and impact in secondary school pupils.

Journal of Child Psychology and Psychiatry, v. 49, n. 4, p. 376–385, 2008.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.





















